

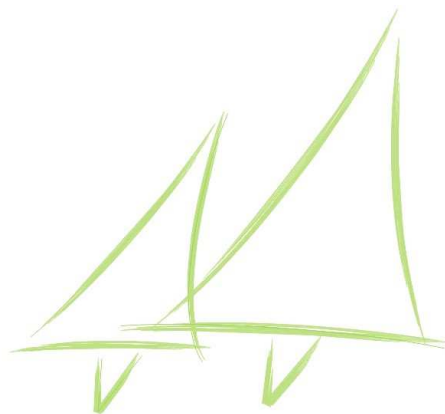
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



009 - NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA BREVE CARTOGRAFIA DA AUTOGESTÃO COMO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO

Gestão econômica e social de cooperativas

Ana Beatriz Melo

Melo.anabeatriz@hotmail.com

Mestre em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo

O movimento de economia solidária surgiu no Brasil no início da década de 90, a partir da reorganização de uma série de ações sociais já existentes no cenário nacional desde os anos 70, tais quais práticas de “educação popular”, propostas de recuperação de empresas com base em parâmetros autogestionários, iniciativas de cooperativismo, entre outras.

Atualmente, fazem parte desse movimento diversas experiências de produção, consumo, crédito e comercialização, que se norteiam pelos seguintes princípios: desenvolvimento sustentável, cooperação, democracia participativa, igualitarismo e autogestão. A partir do presente artigo, pretende-se desenvolver alguns pontos de análise relativos às contradições e aos paradoxos intrínsecos a tais grupos autogestionários, tendo-se em vista uma concepção “singular” da autogestão como processo de subjetivação.

Palavras-chave:

economia solidária, cooperativa, autogestão, processo de subjetivação.

Abstract

The movement of solidary economy appeared in Brazil at the beginning of the decade of 1990, from the reorganization of a series of existing social actions already in the national scene since the seventies, such as “popular education” initiatives, proposals of recovery of companies from self-management parameters, initiatives of cooperativism, among others. Currently, experiences of production, consumption, credit and commercialization are diverse part of this movement, guided by the following principles: sustainable development, cooperation, participatory democracy and self-management. From the present article, it is intended to develop some points of analysis related to the contradictions and to the implicit paradoxes in such self-management’s activities, having in sight a “singular” conception of self-management as a process of subjectivity.

Key-words:

solidary economy, cooperative, self-management, process of subjectivity.

1. Da globalização à reestruturação produtiva: os novos rumos do trabalho na atualidade.

Ao longo das últimas três décadas, o desenvolvimento de novas tecnologias, especificamente no que resguarda aos campos da eletrônica e da informação, em conjunto com a proeminente globalização dos mercados e com a indiscriminada desregulamentação das concorrências em escala mundial contribuiu para a constituição de um complexo e instável cenário internacional em meio ao qual se desencadearam profundas transformações no tocante aos processos de organização do trabalho e da produção em geral.

Nesse contexto, a liberalização do comércio e o livre fluxo de capitais – em especial, do capital financeiro – favorecem a organização de novos grupos transnacionais orientados pelas facilidades de um “mercado sem fronteiras” Sob a égide das políticas neoliberais, tais grupos vêm se articulando em

cadeias produtivas globais segundo as quais se originam zonas de “proximidade” que vão dá rivalidade sem precedentes à “colaboração” em torno de interesses comuns.

Para Dupas (1999), as bases dessas cadeias produtivas caracterizam-se pela prevalência tanto de atividades informais de trabalho, quanto pelas demais formas de flexibilização do emprego. Nesse nível, os grandes grupos transnacionais se propõem a deslocar suas atividades em direção aos mais “rentáveis” territórios, sem se preocupar com o fato de que tal opção possa simbolizar uma intensificação dos processos locais de exclusão e pobreza.

Dentre esses territórios, destacam-se países em desenvolvimento como China, Vietnã e Tailândia em que há o predomínio de uma grande reserva de mão-de-obra barata e pouco qualificada. Sob tais condições, multiplicam-se as redes de terceirização e subcontratação, através das quais as empresas transnacionais se beneficiam das conveniências da precarização do trabalho - falta de fiscalização e regulamentação, baixos custos, entre outras – sem que haja um envolvimento “explícito” dessas atividades ditas “alternativas” com suas marcas institucionais.

Todavia, na medida em que se deslocam para o extremo superior das cadeias produtivas, as corporações líderes de mercado e seus fornecedores globais passam a se orientar por processos de concentração e polarização de capital como, por exemplo, as fusões, as aquisições e os acordos tecnológicos, constituindo-se assim, em verdadeiros oligopólios mundiais.

Nesse nível, observa-se uma maior incidência de atividades formais e de alta qualificação, compreendendo extensos benefícios. Contudo, mesmo entre as atividades de alta especialização, existem evidências que apontam para uma maior flexibilização e redução progressiva dos postos diretos de trabalho. Para Dupaz, esse fenômeno se fez presente dentro das grandes empresas transnacionais de origem européia e norte-americana, onde muitos funcionários com alta qualificação têm sido dispensados e posteriormente “recontratados” como consultores autônomos.

Assim, uma das principais características da mundialização do capital reside em seu potencial de exclusão, o qual adquire contornos dramáticos quando se evocam questões ligadas às realidades de trabalho. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores dos países industrializados começam a sofrer com os efeitos da flexibilização e do rebaixamento de seus salários, a classe operária das regiões periféricas compõe crescentes “bolsões de pobreza” fomentados pelas inúmeras mazelas sócio-econômicas intrínsecas ao crescimento vertiginoso de formas “marginais” de emprego. Guardadas as devidas especificidades regionais, o que se verifica, quando se propõe a analisar as condições atuais de trabalho, é o crescimento global de formas estruturais de subemprego e desemprego.

Foi a partir desse contexto de exploração máxima dos recursos econômicos, humanos e naturais que se deu a introdução, no interior das grandes corporações, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra – sistemas de automatização – e, sobretudo, de estratégias “flexíveis” de gestão e produção voltadas prioritariamente para a redução máxima de custos.

Tais estratégias ganharam força a partir dos anos 70, consolidando-se efetivamente em meio empresarial ao longo das décadas de 80 e 90. No caso

dos países desenvolvidos, para além da globalização econômica, fatores como a crise do petróleo, a estagnação das formas de regulação proclamadas pelo “fordismo” e a decadência do modelo de Estado de bem-estar social (Wwelfare State) tiveram grande influência para a adoção dos sistemas “flexíveis” de produção e trabalho.

Já no caso do Brasil, a reestruturação produtiva ganhou espaço a partir da década de 90 (cerca de 20 anos de defasagem em reação à Europa e aos Estados Unidos), se consolidando como resultante de políticas macroeconômicas que priorizavam uma inserção “passiva” e “incondicional” do país em relação ao mercado internacional. No que se refere às particularidades características do cenário brasileiro, Mattoso e Pochman(1998) esclarecem:

Na ausência de um projeto estratégico nacional, de políticas setoriais, de negociações democráticas e frente a uma abertura comercial e financeira indiscriminada, com limites ao crescimento, elevados juros e sobrevalorização da moeda nacional, as principais empresas reagiram abandonando linhas de produtos, racionalizando a produção e importando máquinas e insumos. Colocadas em posição desvantajosa diante dos competidores internacionais, muitas das empresas privilegiaram um reordenamento produtivo e do processo de trabalho unilateral acentuadamente heterogêneo, com poucas sinergias externas, fundado tanto em estratégias de curto prazo com constante pressão para redução dos custos de trabalho, quanto em competitividade via preços. Ao invés de uma dinâmica econômica integrada e diversificada, assiste-se a um movimento passivo de especialização industrial, com redução e fechamento de linhas de produção para trás de cadeia produtiva. (MATTOSO; POCHMAN, 1998, p. 215).

Apesar das grandes diferenças apresentadas por contextos específicos, é possível, com base em uma proposta analítica, delinear algumas características gerais dos emergentes processos de “flexibilização” do trabalho.

A partir da aplicação desses novos sistemas, o número de empregados necessários à produção foi drasticamente reduzido – políticas de “lean production”, isto é, “sem gorduras de pessoal” – ao passo que as exigências por alta qualificação se intensificaram. Os programas de redução de custos e o aumento do fluxo de trabalho articulados à flexibilização se constituíram em fatores fundamentais para que ela fosse concebida, do ponto de vista das grandes empresas, como um dispositivo potencialmente rentável e eficaz, segundo o qual seria possível suportar às constantes flutuações apresentadas por um mercado globalizado com base na auto-regulamentação.

Já do ponto de vista dos trabalhadores, convém ressaltar que, para ter espaço na “era da flexibilização”, são exigidas competências não apenas de âmbito técnico, mas também de domínio social, subjetivo e cultural. Sob tal lógica, o trabalhador, além de ter que adaptar permanentemente suas qualificações às novas tendências de mercado, deve desenvolver múltiplas aptidões (potencial de interação com os colegas, flexibilidade para o enfrentamento de novas situações, poder de decisão, entre outras) para

conviver de forma “produtiva” em equipes multifuncionais. Cabe lembrar que tais equipes se formam em ambientes de intensa pressão e competitividade, em meio aos quais predominam as angústias, incertezas e instabilidades típicas de um regime “meritocrático” de trabalho. À esse respeito, Castel (1995) esclarece:

A flexibilidade não se reduz a necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir entretar toda a gama de novas situações (flexibilidade interna). (CASTEL, 1995, p. 515).

Nestas condições, os benefícios sociais e as convenções coletivas – marcos de uma fase industrial caracterizada pela estruturação de uma relação salarial estável – cedem espaço para contratos provisórios e parciais de natureza individual, a partir dos quais o trabalhador “aluga” suas competências para atender a necessidades pontuais.

Assim, em nome da máxima produtividade, as empresas deixam de lado sua condição como “espaço de integração do trabalho”, segundo o qual eram assegurados aos funcionários os benefícios do pleno emprego, para se tornarem pólos de exclusão, onde a maioria dos trabalhadores, em especial jovens e idosos, é “invalidada” em nome de exigências que, à primeira vista, se direcionam no sentido da alta qualificação e da formação permanente. Neste sentido, os jovens vêm se defrontando com consideráveis dificuldades para ingressar no mercado de trabalho visto que, aos olhos da empresa, não tem o nível desejado de qualificação – nível este que, geralmente, inclui fatores como “experiência profissional” – ao passo que os mais velhos não conseguem sustentar seus empregos na medida em que são considerados “despreparados” para se adequar às recorrentes inovações de uma sociedade em transformação.

Contudo, cabe ressaltar que a problemática da alta qualificação e da formação permanente vem recobrir uma realidade significativamente ampla e complexa, em que prevalecem altos índices de subemprego e desemprego em caráter estrutura. No que se refere aos impactos desse processo, Antunes (2006) adverte:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado reduz o proletariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior

heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2006, p. 49).

Como base nessa perspectiva, as formas contemporâneas de desemprego e precarização do emprego, mais do que representar manifestações atípicas e particulares relacionadas ao trabalho, despontam como fenômenos centrais e regulares, amplamente inseridos nas dinâmicas difundidas pela atual modernização. Em outros termos, pode-se dizer que tanto o subemprego quanto o desemprego se constituem em conseqüências diretas das novas estruturas produtivas suscitadas em meio às exigências tecnológicas, políticas, econômicas e sociais dos sistemas capitalistas avançados. .

A partir desse complexo processo, multiplicam-se os “trabalhadores sem trabalho”, pessoas das mais diversas idades e origens, denominadas por Castel de “supranumerários”, visto que vagam continuamente de ocupação em ocupação, sem nenhum tipo de perspectiva em relação à conquista de posições que lhes garantam algum status no sentido da utilidade social e do reconhecimento público. A precariedade desse “modo de estar no mundo” impõe estratégias de sobrevivência fundadas exclusivamente no presente, a partir das quais “vive-se apenas o dia-a-dia”. No que tange especificamente a esse fenômeno, Castell ressalta:

Trabalhadores que estão envelhecendo (mais que frequentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não tem mais lugar no processo produtivo, mas que também não o tem alhures; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações; tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seus seios de um perfil de população que se acreditava desaparecido, “inúteis para o mundo” que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Ocupam uma posição de supranumerários flutuando numa espécie de “no man’s land” social, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido de que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. (CASTEL, 1995, p.529).

Com base nessa contextualização, observa-se que, tanto em relação à população economicamente ativa (PEA), quanto no que concerne a boa parte dos que se encontram em situação de inatividade forçada, o trabalho vêm perdendo centralidade, fragilizando-se, sobretudo sob o aspecto de paradigma integrador das mais diversas dimensões da vida social. Nesse sentido, multiplicam-se estudos que visam analisar a complexidade do sistema de correlações – o qual não pode ser compreendido de forma mecânica e determinista – entre a degradação atual do status relativo ao trabalho e o esgotamento dos mais diversos suportes relacionais que atravessam a vida do “sujeito moderno” (família, amigos, colegas, entre outros).

Nesse ponto, cabe chamar a atenção para a importância das experiências coletivas (participação em grupos, cooperativas, associações, partidos, sindicatos, dentre outros) para a formação de novas identidades e sociabilidades. Tais experiências, guardadas suas singularidades, podem propiciar a recomposição de vínculos sociais com base no resgate das solidariedades tradicionais (relações de reciprocidade entre os participantes de uma organização, trocas de informação e busca compartilhada de alternativas que possam auxiliar na resolução de problemas comuns, entre outros).

Sob tais condições, a degradação do capital relacional – característica preponderante de uma sociedade essencialmente individualista, em que se multiplicam processos de exclusão e segregação relacionados ao isolamento social, à desfiliação, à desqualificação política e cívica, entre outros – cede espaço para a constituição de projetos coletivos, muitas das vezes, restituidores de sentido. Nesses termos, mais do que “sobreviver à luta do dia-a-dia” torna-se possível “criar expectativas e elaborar planos em relação ao futuro”.

Após essas breves considerações, convém colocar em foco algumas questões, as quais devem ser compreendidas como dispositivos reflexivos de âmbito introdutório. São elas: Na atualidade, é possível pensar em novas formas de trabalho que levem em consideração a composição de sociabilidades com base em projetos de integração (e não de exclusão)? Em que medida as experiências relativas ao movimento social conhecido como economia solidária se encaixariam nesse perfil? Por fim, sob quais condições essas experiências se transfigurariam em novos sistemas de precarização do trabalho, intensificando e legitimando os atuais processos de vulnerabilidade e segregação?

Para que esses questionamentos possam ser desenvolvidos com maior propriedade, se faz necessária uma introdução de novas considerações que contemplem desde a história e a organização do movimento de economia solidária no Brasil até as contradições e problemáticas que o atravessam na atualidade.

2. História e organização da economia solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil, segundo Gaiger (2004), desdobrou-se em um complexo movimento social caracterizado pela criação e sistematização de iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito, prestação de serviços e consumo, norteadas por princípios como a autogestão, a democracia participativa, a cooperação, o igualitarismo e o desenvolvimento sustentável.

Tais iniciativas, também denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), abrangem as mais diversas modalidades de organização do trabalho (experiências de agricultura familiar, empresas “recuperadas” por meio da autogestão, associações, cooperativas, clubes de troca, entre outras).

Esses EES, via de regra, compreendem projetos de confecção de roupas, artesanato, coleta e reciclagem de lixo, produção de alimentos,

serviços gerais, entre outras atividades, que podem, eventualmente, receber apoio de organizações da sociedade civil (ONGs, igrejas, sindicatos) e do Estado, através da elaboração e implementação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal.

De acordo com a primeira edição do “Atlas da Economia Solidária no Brasil” (2006) organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), mais de um milhão e duzentas e cinquenta mil pessoas estão atualmente envolvidas de forma direta em cerca de 15.000 empreendimentos econômicos solidários (EES) por todo o país. Dentre os participantes desse movimento, articulam-se diversos grupos sociais – muitos destes, historicamente excluídos e discriminados – abrangendo moradores de rua, idosos, mulheres, ex-operários, portadores de sofrimento mental, entre outros, os quais trazem consigo modos inovadores de lidar e romper com categorias profundamente cristalizadas como a economia, o trabalho, o desenvolvimento e a sustentabilidade.

De acordo com Singer (1989), o renascimento da economia solidária no Brasil norteou-se pela organização e desenvolvimento singulares de movimentos e ações sociais já atuantes no cenário nacional, como iniciativas de educação popular, propostas de empresas autogeridas, projetos desenvolvidos pela igreja Católica (especialmente em seus setores progressistas, associados à “igreja popular”) junto a comunidades locais, empreendimentos ligados ao cooperativismo popular, entre outros.

No que tange a educação popular, cabe salientar que, desde o início dos anos 70, multiplicaram-se pelo Brasil – particularmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste – experiências educacionais de base democrática, apoiadas em estratégias, práticas e saberes difundidos pela “pedagogia revolucionária” de Paulo Freire. A partir dessas iniciativas, as concepções de autonomia, conscientização e libertação ganhavam centralidade.

Tais perspectivas desenvolveram múltiplas interlocuções com diversas “ações comunitárias” daquele período – podem-se tomar como exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e, até os dias atuais, continuam interferindo incisivamente na composição dos ideários e das realizações de muitos outros movimentos, como é o caso da economia solidária e do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Também na década de 70, começavam a tomar consistência as primeiras iniciativas articuladas ao movimento cooperativo popular. De acordo com Pinho (2004), esse movimento afirmou-se a partir da articulação de princípios como “a democracia na produção e distribuição, a desalienação do trabalhador e a luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social” (PINHO, 2004, p. 246). De acordo com Gaiger (2001):

Um fato a destacar é a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos. Contrapondo-se ao conservadorismo político e ao perfil empresarial do cooperativismo tradicional, novas cooperativas de trabalhadores têm surgido nos segmentos de

consumo, produção, comercialização e serviços. Tais iniciativas vêm gerando estruturas independentes do sistema cooperativista oficial, com isso tensionando as posições de poder nele dominantes. Engajados nesse movimento, encontram-se setores importantes do sindicalismo, visando a formular proposições, estimular a criação de cooperativas autênticas e lutar pela conquista ou a correção de rota das cooperativas desvirtuadas ou criadas de modo fraudulento (GAIGER, 2001, p. 109).

No que resguarda as iniciativas “fraudulentas” – sempre intensamente criticadas pelo cooperativismo popular, desde suas origens –, convém chamar a atenção para as chamadas “coopergatos”, cooperativas de fachada desenvolvidas a partir de precedentes abertos na legislação cooperativista de 1971, com os objetivos de burlar as leis trabalhistas e camuflar relações empregatícias, em nome de uma política permanente de redução de custos e maximização de lucros. Torna-se cada vez mais freqüente o fato de que grandes empresas atuantes nas mais diferentes áreas (vestuário, telefonia, alimentação, entre outras) organizem “pequenas cooperativas artificiais”, compostas por seus ex-funcionários, os quais, após demissão sumária, não encontram alternativa senão firmar “contratos de terceirização”, abrindo mão de todos os seus direitos legais (assistência médica, férias, previdência social, entre outros).

Além disso, observa-se que um número cada vez maior de empreendimentos vem se apropriando da nomenclatura jurídica de “sociedade cooperativa” para obter favorecimentos legais (isenção de impostos e incentivos cooperativos). Funcionam, na realidade, como empresas convencionais, distanciando-se por completo dos princípios cooperativistas, com atividades que se norteiam exclusivamente pela centralidade do capital, não do trabalho, monopolização de cargos diretivos e adoção sistemática de esquemas de assalariamento.

Em ambos os casos, verificam-se distorções do cooperativismo, que se desdobram em formas efetivas de precarização e exploração do trabalho.

Para além dessa problemática, convém ressaltar a inestimável importância do “autêntico” cooperativismo popular para a reorganização da economia solidária no Brasil. Muitos daqueles que fizeram parte da vertente cooperativista autogestionária desempenharam papel fundamental na composição dos processos de reestruturação e expansão do movimento solidário, mantendo-se efetivamente participativos até os dias de hoje.

Tal fato contribuiu para que diversos estudiosos e militantes concebessem a economia solidária como uma transfiguração do cooperativismo popular. Todavia, cabe registrar que as discussões e ações ligadas ao movimento solidário, bem como suas formas associativas, não se restringem aos modelos cooperativos, embora as cooperativas se desdobrem em empreendimentos historicamente emblemáticos dentre as diversas organizações solidárias.

Concomitantemente ao desenvolvimento dessas experiências, organizavam-se, pelas periferias urbanas e zonas rurais brasileiras, inúmeros projetos locais inspirados nas dinâmicas e perspectivas das CEBs, que, desde

os “anos de chumbo” do governo militar, promoviam ações difusas com base na defesa dos direitos coletivos, constituindo e intensificando novas formas de participação das classes populares na vida cotidiana de suas comunidades.

Com o advento dos anos 90, houve uma intensificação e revitalização das experiências anteriormente citadas – processo denominado por Gaiger (2002) de “surto” –, concomitantemente à emergência de um cenário nacional deteriorado por graves problemas de ordem estrutural e conjuntural. Os quadros políticos, econômicos e sociais apontavam para a difusão de sistemas de estagnação social, desemprego em massa e recessão econômica agravados, primordialmente, pela crise do trabalho assalariado, abertura do mercado interno às importações e manutenção de uma política de altas taxas de juros. Foi justamente a partir dessa composição heterogênea de fatores e tendências que se deu o renascimento, no Brasil, do movimento social conhecido como economia solidária ou sócio-economia solidária.

Por trás desse surto está a crise estrutural do mercado de trabalho, com os agravantes da política nacional recessiva, que impôs processos de fragmentação e exclusão social nas últimas duas décadas, de virulência insuspeita e efeitos dramáticos: enormes contingentes alijados do mercado de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência (GAIGER, 2004, p. 108).

Mais do que um ressurgimento, dado que a economia solidária já havia se desenvolvido em outros países, como é o caso de Espanha, França, Itália, Canadá e Argentina, tratava-se, segundo Singer, de um processo de reinvenção de um fenômeno social a partir das particularidades e diferenciações típicas do contexto brasileiro.

3. Repensando a questão da sustentabilidade

Segundo Santos (2003), embora a economia solidária abarque as mais diversas modalidades de empreendimentos, sua unidade organizativa “clássica” localiza-se nas cooperativas de produção. Estas possuem algumas características gerais, as quais podem ser sintetizadas da seguinte forma:

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos que nela trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas por assembleias gerais ou, quando a

empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. (SINGER; SOUZA, 2002, p. 84).

Vale observar que tais cooperativas se desdobram em territórios multifuncionais caracterizados por inúmeras contradições, em que são integrados aspectos relativos a entidades sociais, bem como dimensões tangíveis a empreendimentos econômicos.

As ambivalências implícitas nesses empreendimentos surgem como terminais de um quadro muito mais abrangente e complexo, em que são confrontadas inspirações anticapitalistas de um movimento social incipiente e convicções mercantilistas de um mercado há séculos consolidado.

Devido à veneração dos valores da economia solidária no cooperativismo, parte importante do mesmo procura praticá-los, aproximando-se em menor ou maior grau do perfil da empresa solidária. Muitas cooperativas provavelmente passaram por períodos em que eram empresas solidárias e outros em que se assemelhavam mais a empresas capitalistas. Estas oscilações devem-se à inserção econômica e social de cada cooperativa – muitas surgem a partir de lutas operárias e camponesas – e ao “espírito da época” que impregna os cooperados ora de valores solidários e democráticos, ora de individualismo e culto à competição (SANTOS, 2002, p. 86).

Observa-se, portanto, a composição de um ambíguo sistema de conexões entre a luta por sobrevivência em uma economia norteadada pela competição sem precedentes e pela produção do capital pelo capital e a busca pela constituição de uma nova cultura de trabalho irradiadora de sociabilidades singulares e autônomas.

A contradição reside em que a hegemonia de mercado e seus atributos e exigências atingiu um nível tal de naturalização social que, embora o cotidiano seja impensável sem ele, não se lhe deve, por isso mesmo, qualquer lealdade cultural específica. É assim socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a luta contra ele (SANTOS, 1997, p. 256).

Para além das perspectivas estritamente econômicas, procura-se atribuir à sustentabilidade uma significação multidimensional, combinando níveis variáveis de sistemas políticos, estéticos, culturais, sociais, subjetivos. Nesses termos, a economia solidária busca superar o lugar de uma proposta paliativa ou de uma solução precária frente ao desemprego/subemprego estruturais.

As vicissitudes de uma “outra sustentabilidade” vêm despertando acalorados debates e discussões entre estudiosos e pesquisadores do movimento solidário. As polêmicas intrínsecas a essa temática podem ser expressas através das seguintes questões: até que ponto os empreendimentos

solidários se constituiriam tão somente como formas de acomodação desencadeadas pelo desemprego crônico? Em que medida eles seriam formas efetivamente alternativas de se trabalhar, viver e relacionar – convém destacar que o principal slogan da economia solidária é “uma outra economia acontece” –, superando as demais formas de regulação socioeconômica arraigadas ao capitalismo avançado?

A esse respeito, longe de qualquer pretensão conclusiva, vale ressaltar que as posições expostas nos questionamentos acima colocados – tentativas de analisar os sentidos e significados dos empreendimentos solidários na sociedade contemporânea – refletem dois pólos “radicais” didaticamente constituídos, dentre os quais subsistem inúmeras oscilações, variações e derivações.

Todavia, ao estudar essas iniciativas, pensamos que é importante, por duas razões distintas, resistir à tentação de as aceitar ou rejeitar com um critério simplista que equaciona exclusivamente se elas oferecem alternativas radicais ao capitalismo. Por um lado, esse critério simplista de (des)qualificação encarna uma forma de fundamentalismo alternativo que pode fechar as portas a propostas que, ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas e criam enclaves de solidariedade no seio do capitalismo. (...) Por outro lado, semelhante critério estrito de avaliação das alternativas implica, em última análise, uma hermenêutica do ceticismo, e não da emergência, que acaba por rejeitar todo tipo de experimentação social por estar sempre contaminado pelo sistema dominante. Já que nenhuma das propostas viáveis representa uma alternativa sistêmica ao capitalismo (ou seja, uma alternativa de organização micro e macroeconômica integral, baseada em valores de solidariedade, igualdade e proteção do meio ambiente), as alternativas com que contamos têm relações diretas ou indiretas com os mercados locais, nacionais e, até mesmo, internacionais. (...) Contudo, isso não lhes tira relevância nem potencial emancipador. (SANTOS, 2002, p. 30).

Nesse ponto, cabe observar que vários autores, dentre eles Gaiger, Singer e Sousa, vêm destacando o incremento de tendências de fortalecimento das iniciativas solidárias ao longo da última década: ao contrário dos altos níveis de inviabilização que vigoravam no início dos anos 90, observa-se uma elevação contínua do número de empreendimentos que conseguem conviver com pressões externas e internas, solidificando-se no cenário nacional.

De um modo esquemático, podemos identificar quatro tipos de causas propulsoras: a) as determinações que pesam sobre a categoria social dos trabalhadores envolvidos, como trunfos ou desvantagens, nisto importando uma variada gama de recursos, sejam materiais, profissionais, identitários ou morais, bem como suas experiências prévias de organização e sua capacidade de mobilização coletiva; b) a condição de necessidade dos trabalhadores de encontrarem uma nova opção de trabalho e renda em moldes associativos, o que aumenta as chances – como se vê nas empresas autogestionárias – para que o empreendimento tenha ou venha assumir um caráter essencial e não meramente complementar em suas estratégias econômicas; c) o grau de adesão aos princípios do

solidarismo, seja em função de valores inspiradores, seja igualmente com o contato com experiências concretas que estejam ao alcance da ação dos trabalhadores; d) a competência desenvolvida pelo empreendimento para alavancar recursos externos, de diferentes ordens e procedências, e simultaneamente conquistar reconhecimento e legitimidade social (GAIGER, 2004, p. 388).

Tal sustentabilidade pode ser concebida como conseqüência de novas relações de trabalho baseadas na co-responsabilização, na confiança mútua, na reciprocidade, na eqüidade entre os trabalhadores. Isso representaria uma vantagem comparativa em relação às empresas convencionais, uma vez que desvelaria outra qualidade de trabalho, a partir da qual seria possível combinar a cooperação e a eficiência produtiva para outros fins, que não os da maximização de lucros.

Nisto reside o sentido histórico dos empreendimentos de economia solidária: na experiência decisiva do trabalho emancipado, no caráter essencial desta experiência. Tais empreendimentos funcionam alternativamente como comunidades-projeto, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciado, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar aqui e em outro lugar, alimentar a razão utópica não apenas com a crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo (GAIGER, 2004, p. 395).

A difusão dessa outra sustentabilidade só é possível, segundo Mance (2003), a partir da organização de redes alternativas, que tenham como prioridades os desenvolvimentos sustentável e humano. Em uma rede, os grupos de consumo, comércio, produção e serviço mantêm-se em conexão direta – evitando-se intermediários –, através de fluxos materiais, informacionais, valorativos, dentre outros.

A noção de rede coloca ênfase nas relações de diversidades que se integram nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais (MANCE, 2003, p. 220)

Para tal, não há ponto de partida nem de chegada. Essas atividades constituem sistemas autopoieticos, nos quais estabelecimentos de diferentes naturezas se integram estrategicamente em um complexo movimento de oscilações verticais/horizontais, permeadas pelos mais variados elementos de natureza política, econômica, ética, cultural e social.

Entretanto, vele salientar que os processos estabelecidos entre as redes, seus vínculos, formas de gestão e organização podem apresentar sistematizações um tanto problemáticas. O importante, nesse ponto, é compreender os caminhos e sentidos implícitos nas produções em rede. Nesse

sentido, a emergência de sistemas de dependência (e não de parceria), a falta de transparência nas transações e a constituição de monopólios de atuação e conhecimento convertem-se em graves obstáculos à busca da autonomia popular, colocando em foco fragilidades, limitações e distorções relativas a tal movimento, na busca de um de seus mais importantes princípios: a autogestão.

3. Autogestão: perspectivas e trajetórias de uma concepção “aberta”

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino, o termo autogestão apresenta a seguinte definição:

Por Autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.) (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 74).

A difusão efetiva da temática acerca da autogestão deu-se na cultura e na literatura políticas a partir dos anos 50, quando da introdução na Iugoslávia de um sistema econômico-político-social assim denominado. Para além da iniciativa iugoslava, vale destacar alguns outros importantes momentos históricos relacionados a experiências autogestionárias, tais quais a Comuna de Paris, os soviets da Revolução Russa, os Kibbutzim em Israel, as cooperativas do Complexo de Mondragón na Espanha, o movimento dos Conselhos Operários na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, a Comuna de Shangai e a Revolução dos Cravos em Portugal, dentre outros.

Tais experiências refletem propostas parciais de composição de um sistema “impreciso” – e, conseqüentemente, problemático –, que apresenta, até os dias atuais, inúmeras interpretações e leituras possíveis. Assim, embora existam diversas tentativas no sentido de delinear e delimitar aos parâmetros relativos à autogestão, sua definição ainda permanece extremamente ambivalente e difusa.

A partir dos anos 80, os debates acerca da autogestão evocaram a prevalência de sua dimensão econômica. Nesses termos, as questões centrais para análise referem-se às “possibilidades e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores ao assumirem uma empresa inserida na lógica do capital, em momentos de crise econômica” (MARTINS, 1996, p. 117). Com base nessa interpretação, a autogestão apresenta como características essenciais a superação da apropriação privada da mais-valia em concomitância à sustentação da livre iniciativa em cada unidade de trabalho.

Nesse ponto, convém salientar que os processos autogestionários não se resumem à simples disseminação de mecanismos participativos, como consultas, conselhos e/ou eleições. Têm por condição, na verdade, a conquista

igualitária do poder de gestão mediante o direito ao controle coletivo dos meios sociais de produção. Associam-se, nesse ponto, particularmente ao pensamento de Proudhon, que compreendia a cisão entre tarefas de gestão e produção como a questão fundamental que “violaria externamente a intrínseca unidade de trabalho, reduzindo os trabalhadores à condição salarial como seus simples executores materiais” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 76). Em síntese, pode-se apresentar tal significação da seguinte forma:

O sentido do projeto de autogestão corresponderia, pois, à necessidade de restituir aos trabalhadores o controle global da sua própria atividade, considerado como característica essencial do sistema artesanal, mas no âmbito de estruturas produtivas de âmbito industrial, isto é, baseadas na cooperação e na divisão do trabalho. Nessa perspectiva, o mesmo princípio da autonomia dos produtores, que havia sido a condição de existência do sistema artesanal, continuaria sendo fundamental, com o novo significado de disponibilidade comum dos meios de produção, mas de poder individual sobre a gestão da atividade coletiva (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 74).

No Brasil, o ressurgimento da autogestão como princípio norteador da economia solidária, de acordo com Albuquerque (2003), assume, por um lado, uma conotação fortemente econômica, relacionada à criação de um sistema gerencial capaz de salvar empresas falidas, combatendo o desemprego em massa e, por outro, uma significação política, relativa a um “ideal utópico de transformação e mudança social” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 22).

Todavia, cabe aqui apresentar uma conotação “singular” da autogestão, segundo a qual esta não é apenas instrumento político e/ou econômico, mas agenciamento produtor de subjetivações, catalisando territórios éticos, ecológicos, sociais, estéticos, culturais, entre outros. A fim de promover uma melhor explicitação desse ponto de vista, convém colocar em foco algumas importantes referências de âmbito teórico e analítico.

4. Processos de subjetivação, subjetividade capitalística e autogestão: ambivalências e paradoxos de um sistema em construção

Antes de mais nada, convém apresentar como ponto de partida das presentes considerações a esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a qual pode ser compreendida como corrente do Movimento Institucionalista, norteadada pela criação de campos de análise e intervenção no tocante aos processos produtivos/desejantes suscitados em meio as mais diversificadas dimensões da realidade.

A partir dessa abordagem, ressalta-se uma perspectiva imanentista, através da qual as mutações sociais, políticas, econômicas, estéticas e tecnológicas se mostram indissociáveis das produções subjetivas, rompendo qualquer relação polarizada entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade,

homem e natureza. Nesse contexto, a subjetividade remete a acontecimentos, sendo produzida concomitantemente por instâncias individuais, coletivas e institucionais.

Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. (...) A subjetividade, de fato, é plural, polifônica para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtin. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca (GUATTARI, 1992, p. 11).

Os processos que constituem a realidade – inclusive os que concernem às condições subjetivas –, de acordo com Deleuze e Guattari (1997), podem ser compreendidos a partir das “convergências e divergências” desveladas entre dois planos inter-comunicantes: o plano de organização e o plano de consistência.

Através do plano de organização, enunciam-se as formas constituídas, as imagens sociais, as idéias feitas e os seres visíveis. Seu funcionamento realiza-se através de uma lógica binária, reflexiva, classificatória e sobrecodificadora, em que é possível determinar as características específicas de cada elemento em oposição ao outro. Esse plano traz à tona a face formal da subjetividade, denominada também de produto subjetivo, que se desdobra em um fenômeno molar ou maneira de ser, sentir, perceber e relacionar, já configurada e atuante no sentido de uma permanente repetição de si, constituindo identidades.

O plano de consistência, por sua vez, define-se na superfície movente de produção do real, caracterizada pela circulação caótica de um excedente de fluxos intensivos pré-ontológicos, isto é, potências sem extensão nem temporalidade que, através de variações contínuas, imprimem mutações às estabilidades configuradas através dos produtos subjetivos.

Os fluxos intensivos são, aqui, compreendidos como diferenças puras, “elementos preliminares”, com um extraordinário potencial de auto-produção que os possibilita compor e transmutar realidades organizadas e estabelecidas.

Em suma, a partir da esquizoanálise, os processos de subjetivação são configurados através de transversalidades virtuais – sua face sensível –, que podem ser atualizadas, implicando mutações aos sistemas subjetivos instituídos, segundo as singularidades dos agenciamentos produzidos.

Tais agenciamentos abrangem as potências de experimentação (montagens heterogêneas fadadas à não-perpetuação), através das quais são sintetizados múltiplos fluxos intensivos, reconstruindo sistemas de ação e expressão. Essas produções têm como princípio imanente uma concepção positiva de desejo, em que este não representa uma força natural ou espontânea no interior dos sujeitos, processando-se em sua exterioridade. Em outras palavras, o desejo desponta como agenciamento sobre um plano de consistência ou de organização, atuando, ao mesmo tempo, sob a condição de criatura e criador de todas as formas da realidade. Assim, um dos pontos primordiais do pensamento de Deleuze e Guattari está em sua proposta de conjunção recíproca entre processos produtivos e dimensões desejanças.

Se o desejo produz, produz real. Se o desejo é produtor, só o pode ser a realidade e da realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, fluxos e corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real resulta disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução. Ao desejo não falta nada, não lhe falta seu objeto. É antes o sujeito que falta ao desejo, ou o desejo que não tem sujeito fixo; é sempre a repressão que cria o sujeito fixo. O desejo e seu objeto são uma só e mesma coisa (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 31).

A partir dessas considerações, retomando-se a questão das práticas autogestionárias, torna-se possível concebê-las como agenciamentos desejantes, compostos por combinações coletivas provisórias, disparadoras de produções subjetivas – ou seja, processos de subjetivação.

Tais processos multiplicam-se em consonância com as especificidades, finalidades e trajetórias deflagradas pelos sistemas autogestionários, os quais não devem ser compreendidos em termos totalizantes. Daí, não se trata de enunciar a autogestão em si, mas as “autogestões”, com suas particularidades e heterogeneidades.

Nesse ponto, convém chamar a atenção para algumas questões referentes à composição de subjetividades em meio à atual sociedade capitalista.

(...) a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. As forças sociais que administram o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até que o petróleo e as energias, visto que produzem esquemas dominantes de percepção do mundo (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 40).

Em uma tentativa de desvelar os modos pelos quais tais subjetividades são “produzidas e reproduzidas”, Guattari e Rolnik esclarecem:

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que se chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31)

Tais “extremos” não são construções separadas estaticamente, mas oscilações contínuas, com momentos de predominância de uma determinada lógica sobre outra. Assim, a divisão entre esses dois “pólos” realizar-se-á, nesse trabalho, exclusivamente por questões didáticas.

No que concerne ao primeiro extremo descrito por Guattari e Rolnik – relação de submissão e opressão dos indivíduos em relação à subjetividade recebida –, cabe ressaltar que um dos mais complexos desafios relacionados ao trabalho autogestionário reside na superação de uma cultura hegemônica, calcada em práticas heterônomas, paternalistas, clientelistas e assistencialistas, amplamente cristalizadas. Recorre-se à concepção de “subjetividade capitalística” apresentada por Guattari (2002):

A subjetividade capitalística, tal como é engendradora por operadores de qualquer natureza, está manufaturada de modo a permitir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda singularidade deveria ser evitada ou deveria passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. Assim, a subjetividade capitalística se esforça para gerar o mundo da infância, do amor, da arte, bem como tudo o que é da ordem da angústia, da loucura, da dor, da morte, do sentimento de estar perdido no cosmos. É a partir dos dados mais pessoais - deveríamos dizer mesmo infra-pessoais - que o Capitalismo Mundial Integrado constitui seus agregados subjetivos maciços agarrados à raça, à nação, ao corpo profissional, à competição esportiva, à virilidade dominadora, a estar da mídia. Assegurando-se sobre o poder sobre o máximo de ritornelos existenciais para controlá-los e neutralizá-los, a subjetividade capitalística se inebria, se anestesia a si própria, num sentimento coletivo de pseudo-eternidade (GUATTARI, 2002, p. 34).

Já no que se refere ao segundo extremo apresentado por Guattari e Rolnik – em que a subjetivação desponta como processo de singularização –, ressalta-se que as estratégias autogestionárias podem se engendrar em sistemas de ruptura em relação aos referenciais hegemônicos, reconstruindo, através de conexões heterogêneas em que o poder se descentraliza, novas sociabilidades e sensibilidades articuladas a valores como a autonomia, a reciprocidade e o respeito às diferenças. Trata-se, a partir dessa configuração, de uma práxis de intervenção relacionada a novas formas de se conceber o trabalho, através da qual, concomitantemente a movimentos auto-analíticos, torna-se possível a cada um e a todos presidir a criação de questionamentos e reflexões acerca de suas potencialidades e limitações, criar espaços de análise no tocante a reais necessidades e demandas do grupo, construir e resgatar saberes e práticas que possam auxiliar na compreensão de seus problemas e desafios, propor novos tipos de relacionamento consigo e com os outros e, por fim, organizar estratégias de ação que possam modificar uma determinada realidade em nome do aumento da qualidade de vida, tanto do ponto de vista individual como coletivo. “O associativismo autogestionário é a afirmação de que o ser humano pode se tornar sujeito de sua própria economia, pode deixar de ser objeto e marionete dos outros e das suas próprias citações” (ARRUDA, 2006, p. 68).

Logo, a partir de um panorama rico em conflitos, paradoxos e contradições, os grupos autogestionários têm a possibilidade de recuperar e construir, através de seus graus de abertura, focos de auto-valorização e auto-reflexividade, reinventando modalidades de organização e intervenção. Nesse sentido, a transformação de afetos, valores e mentalidades acerca da realidade e a mudança da própria realidade se constituem em processos imbricados.

A partir dessas considerações, surgem novas e importantes questões: Em que medida os “processos subjetivos” teriam influência sobre os caminhos e rumos adotados pelos grupos autogestionários ligados à economia solidária no Brasil? Que outras abordagens, “saberes” e perspectivas poderiam auxiliar no sentido de promover um maior detalhamento crítico-analítico diante de uma realidade social tão complexa quanto a que abraça os empreendimentos de autogestão na atualidade?

Sobre esse ponto, o presente artigo propõe um “instante de pausa”, momento este dedicado à abertura dos mais diversos espaços e canais de comunicação voltados para a compreensão, o questionamento, a reflexão e a busca por “alternativas de intervenção” em relação à tão preciosa, desafiadora e relevante temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Editora Unb, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GAIGER, Luis. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Ciências sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, jul./dez. 2001.

GAIGER, Luis. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRCS, 2004.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2002.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MANCE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: Fase, 2002.

MATTOSO, J. e POCHMAN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e sociedade**. (10); 213-243, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-125.

SINGER, Paul; SOUZA, André. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

